

O SILÊNCIO DA EUROPA

Joaquim Aguiar

A erupção do terrorismo constitui um poderoso revelador das dificuldades que se colocam ao exercício do poder na Europa actual e é nessa perspectiva que a questão do terrorismo será aqui analisada. Não é evidente que esta seja a perspectiva de análise prioritária para interpretar a questão estratégica do terrorismo: até ao atentado de Madrid de 2004, a Europa não aparecia como alvo interessante para os operadores do terrorismo, mais orientados para o ataque ao centro do poder actual que são os Estados Unidos. E também não é evidente que as manifestações de terrorismo, como arma estratégica de âmbito mundial, tenham alguma utilidade para interpretar as dificuldades que se colocam ao exercício do poder na Europa e que são específicas da evolução europeia. Não sendo evidente a relação entre as ambições estratégicas do terrorismo islâmico e as dificuldades que se colocam ao exercício do poder na Europa actual, o risco que se assume ao escolher esta perspectiva de observação só terá justificação se este ângulo de análise permitir ver o que antes estava encoberto.

É da natureza do terrorismo desenvolver estratégias indirectas e a escolha dos seus sucessivos alvos depende do que for o seu objectivo último. Como na demolição dos edifícios por implosão, as cargas explosivas são colocadas nos alicerces principais e a sequência das explosões é periodizada para obter o melhor efeito de destruição: não é a primeira explosão que é decisiva, é o conjunto organizado que permite atingir o efeito desejado. Se o objectivo último do terrorismo é a destruição da estrutura de ordem mundial em que se desenvolve o processo da globalização competitiva – a forma actual da modernização – os seus operadores terão de colocar cargas explosivas em localizações diversificadas e com tempos de explosão diferentes. No momento adequado – se tiverem sucesso nos seus movimentos iniciais –, a Europa será o alvo que abrirá a porta para a vitória do terrorismo islâmico sobre a civilização ocidental e sobre a cultura da modernidade que esta produziu. A Europa não foi o primeiro alvo, mas será o alvo decisivo.

A erupção do terrorismo islâmico é inesperada, mas também é inesperado que a Europa tenha criado um vazio no centro do actual sistema mundial. Nas relações políticas,

o vazio, como o sono da razão na gravura de Goya, tende a engendrar monstros. A identificação de que há um vazio na política mundial actual resulta do facto de uma sua parte vital (a Europa) ter perdido a sua capacidade e a sua credibilidade de retaliação e de punição em resposta a uma agressão, o que significa que perdeu capacidade dissuasora

A ERUPÇÃO DO TERRORISMO ISLÂMICO
É INESPERADA, MAS TAMBÉM É INESPERADO
QUE A EUROPA TENHA CRIADO UM VAZIO
NO CENTRO DO ACTUAL SISTEMA MUNDIAL.

na escala mundial. O que esteve contido e controlado durante os séculos de expansão e de dominação da Europa reaparece agora com especial virulência, quando enfraquece ou desaparece o factor de contenção – primeiro, a dominação europeia, depois

o domínio soviético-americano – e aparece uma nova, e porventura definitiva, ameaça para os valores islâmicos quando se abre a possibilidade de incorporar no processo de modernização da globalização competitiva a China e a Índia, duas grandes áreas culturais que rejeitam o islamismo com determinação e sem as transigências de multiculturalismo.

O que é inesperado, o que aparece como uma mutação súbita numa tendência estabelecida, desaparecerá naturalmente se não encontrar condições favoráveis para a sua replicação e expansão: os sistemas de regulação absorvem essa anomalia e neutralizam a sua virulência. Mas se o que é inesperado for, afinal, assim classificado só porque se tinha uma visão inadequada sobre o que era a tendência estabelecida, essa anomalia poderá estar inscrita no que irá ser a nova normalidade. O que então passa a ser anómalo é o que antes se esperava. O que aqui se procurará mostrar é que o inesperado que foi a erupção do terrorismo islâmico só o é na perspectiva do referencial do passado, um referencial que já não tinha relevância, que já não regulava nem assegurava a reprodução das relações existentes no momento em que essa surpresa ocorre. Na perspectiva do referencial do futuro, o terrorismo islâmico aparece como um vector estruturante inerente ao novo tipo de configuração do poder que as mudanças do presente estão a gerar – confirmando que o que se gostaria de classificar como anomalia não será absorvido, antes se replicará em diversas modalidades.

Este é um dos contextos em que importa recordar que o deus da política, Janus, é representado com duas faces, uma virada para o passado, outra virada para o futuro. Na mitologia de Janus há, porém, a referência a uma terceira face, aquela que não se representa, e que é a que vê o presente – aquela que tem de ser imaginada pelos que vivem o presente sem terem o direito de ver a face do deus da política¹. Vindos da obscuridade da Idade das Trevas, os raios num céu azul que foram os atentados de 11 de Setembro de 2001 obrigam toda a cultura ocidental – nas suas versões europeia e americana – a interrogar-se sobre os fundamentos dos seus modelos de produção do futuro, de interpretação do passado e de referenciação do presente. Obrigam, em especial, os poderes estabelecidos nas sociedades desenvolvidas a interrogar-se sobre as condições e a eficácia da sua condução política e da sua formulação de estratégias.

Os mais temerosos perante o que poderá trazer consigo a revelação gerada pelo terrorismo islâmico optaram por canalizar a sua ansiedade sobre as incompetências, as incapacidades e as ingenuidades de George W. Bush, como se estas não fossem há muito conhecidas ou não fossem idênticas às de Ronald Reagan, o que não impediu que este fosse entronizado como aquele que venceu a Guerra Fria – razão suficiente para que Bush filho se pudesse ver como escolhido pela divindade para concretizar os seus desígnios combatendo os hereges². Os que preferem esconder-se atrás das leis da evolução histórica, que os dispensaria de reflectir sobre as surpresas geradas pela conflitualidade entre dominantes e dominados, optaram, mais uma vez, pela tese conspirativa dos interesses ocultos³. O terrorismo islâmico estaria subordinado a uma estratégia superior que tem como objectivo último apropriar as reservas de petróleo de que irá depender o desenvolvimento continuado da China e da Índia, os novos centros de poder que terão condições para disputar ao poder americano a posição predominante no sistema mundial. A iniciativa estratégica do terrorismo islâmico seria o pretexto ou o simulacro que permite a ocupação de posições no Médio Oriente, o que, quando calculado o saldo, seria uma nova prova da superioridade do Ocidente. Tudo ponderado, pode continuar a viver-se normalmente, o sistema mundial voltará aos seus eixos de referenciação habituais. George W. Bush acabará por ser substituído, os serviços secretos que perderam o controlo do Osama bin Laden que promoveram e os analistas que se iludiram com as informações sobre as armas de destruição maciça no Iraque serão reorganizados e reformados, o petróleo será recontextualizado como a carta de trunfo que todos querem ter na mão para ganhar o jogo do futuro. Em suma, reaparecerá o habitual. Por temor do diagnóstico ou por crença teológico-racionalista nas leis do processo histórico que pretendem impor à realidade histórica, todos parecem preferir responder à novidade de uma mutação com as terapêuticas conhecidas, recusando admitir que o referencial de avaliação que usam já não tem relevância nas actuais condições mundiais⁴.

O PAPEL DAS SOCIEDADES EUROPEIAS NA ACTUAL CRISE MUNDIAL

O papel das sociedades europeias na crise mundial que marca a primeira década do século XXI é, em parte, paradoxal e, noutra parte, resultado de um equívoco estratégico. A parte paradoxal resulta do facto de estas sociedades europeias, os seus dirigentes políticos, os seus grupos de interesse e os seus eleitorados, terem ficado presos numa «dobra do tempo», uma singularidade histórica em que uma sociedade ou uma cultura mantêm como referencial de orientação um padrão do passado que já não existe, mas que continua a ser usado como a sua orientação central para o futuro. Este contexto singular é revelado quando se tem em conta que o padrão estruturante das políticas das sociedades europeias, designadamente na Europa continental, foi estabelecido no contexto do período 1945-1973, assentando em quatro alicerces, ou pressupostos, essenciais: taxas de crescimento na ordem dos 3 por cento ao ano; equilíbrio demográfico com a geração seguinte numericamente superior à geração anterior; baixos custos de energia; e relevância

geoestratégica, porque a Europa se situava no centro da conflitualidade mundial no referencial da ordem mundial em condomínio americano-soviético. Os três primeiros pressupostos deixaram de se verificar na década de 70, o último na década de 90, mas o

O PAPEL DAS SOCIEDADES EUROPEIAS NA CRISE MUNDIAL QUE MARCA A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI É, EM PARTE, PARADOXAL E, NOUTRA PARTE, RESULTADO DE UM EQUÍVOCO ESTRATÉGICO.

referencial de orientação das propostas políticas na Europa e, em especial, a estruturação do seu modelo social, mantiveram as suas características e as suas trajectórias ascendentes como se a realidade não tivesse tido uma alteração radical. Quando os

responsáveis políticos europeus ou quando os representantes dos grupos sociais organizados concebiam o futuro, apenas encontravam a imagem do passado quando esta já não tinha confirmação nos dados reais.

O Janus da política europeia ficou com uma só face, a que só vê o passado. O modo como as sociedades europeias interpretaram as suas condições estratégicas após a desagregação da União Soviética é a ilustração óbvia desta prisão numa dobra do tempo. Ao conceberem um futuro de ausência de conflitualidade, onde os europeus poderiam privilegiar a segurança e o distributivismo sem terem de se esforçar para manter e ganhar posições competitivas, perderam a atenção aos sinais que anunciavam a emergência de um novo tipo de conflitualidade que penetrava e condicionava as sociedades europeias sem que estas fossem agentes directos e deliberados dessa radical alteração das circunstâncias. Prisioneiras do seu passado, contemplando – porventura com agrado – o modo como tinham resolvido a conflitualidade com as propostas do comunismo, as sociedades europeias ficaram viradas para o seu interior, para o seu passado e para a sua memória, desvalorizando a atenção aos sinais do futuro. Esta é a parte paradoxal, o erro do racionalismo que interpreta como natural e adquirido, como resultado da inevitável superação dialéctica o que, de facto, já deixou de existir.

Mas também há um equívoco estratégico dos responsáveis políticos europeus nesta deficiência de avaliação do quadro de possibilidades futuras para as sociedades europeias, onde teve um papel de primeira importância a interpretação do papel dos Estados Unidos como potência predominante numa estrutura de ordem mundial de tipo unipolar⁵. Muitos factores contribuíram para este erro europeu – e, em primeira linha, a vontade dos europeus de que uma «nova Roma» se encarregasse da gestão dos assuntos mundiais, sobretudo quando esse novo «centro imperial» podia continuar a ser visto como um prolongamento do passado europeu.

Não obstante essas justificações, essas garantias ou essas convicções, os modelos de análise social, de análise política e de análise económica que estavam disponíveis no quadro cultural ocidental eram suficientes para temperar, ou mesmo neutralizar, este optimismo ocidental baseado na supremacia americana e na sustentabilidade de uma estrutura unipolar num mundo caracterizado pela globalização competitiva. Uma estrutura unipolar como modo de configuração de um sistema de relações interna-

cionais e, simultaneamente, como modo de coordenação de um processo de modernização por globalização competitiva só seria sustentável num contexto hegeliano de «fim da História», isto é, em que tivesse desaparecido a conflitualidade através de uma síntese de racionalidades que fosse comum a todas as sociedades.

Uma estrutura em pirâmide, que seria hiperestável, não é, porém, sustentável quando há «dobras críticas», quando há culturas, sociedades ou centros de poder (económicos, políticos, militares ou religiosos) que não são integráveis nessas relações constituintes de uma síntese de racionalidades mundial⁶. Essas «dobras críticas» são fontes de hostilidade e de conflitualidade, tanto mais agressivas quanto mais generalizada for a racionalidade dominante, quanto mais próximo se estiver dessa síntese de racionalidades que marcaria o «fim da História» – e essa agressividade é previsível e compreensível porque a identidade desses interesses ou dessas formas culturais é directamente ameaçada por essa difusão da racionalidade dominante.

Em lugar de ser o anúncio de uma fase de estabilidade, de cooperação e de convivência pacífica, o predomínio dos Estados Unidos, justificando a interpretação de que passara a ser um centro de poder imperial, anunciava o aumento da conflitualidade assente na resistência e no ressentimento. E se a superioridade militar dos Estados Unidos lhe assegura a condição de vencer qualquer guerra, não lhe assegura o controlo destas formas de conflitualidade assentes na resistência e no ressentimento, que exigem a eficácia das polícias e dos serviços de informações – duas especializações que não estão automaticamente asseguradas pela superioridade militar clássica⁷.

A globalização competitiva como modo de desenvolvimento económico e de modernização das sociedades é, por sua vez, um factor adicional de percepção de ameaça às identidades de sociedades tradicionais (que ficam excluídas deste processo de modernização) e uma razão acrescida para a expressão do ressentimento (por parte das sociedades que antecipam a sua marginalização e que concluem que nada teriam a perder se participassem na destruição dessa ordem mundial – não ficariam pior do que o que estão e conseguiriam evitar que a sua inferioridade se acentuasse). Do mesmo modo que o capital financeiro e o capital humano se deslocam no espaço explorando a propriedade da mobilidade sem que tenham uma intencionalidade colonial clássica de imporem formas específicas de poder político local, também as novas expressões de hostilidade e de ressentimento não se orientam para os confrontos militares clássicos de conquista e ocupação. Nos movimentos dos capitais, exploram-se as oportunidades locais, passando-se para outra localização quando se identificam outras oportunidades. Nas acções de hostilidade e de ressentimento, habitualmente com a forma de operações terroristas, o que se procura é causar o máximo dano possível, sem que haja qualquer intenção de ocupar o poder e gerir as sociedades que são atacadas.

Tal como se disse dos conservadores europeus que não aprendiam nada e não esqueciam nada, também se pode dizer das sociedades europeias actuais e dos seus responsáveis políticos que responderam à crise mundial, que se inicia na década de 90 e tem o seu

acontecimento decisivo em 11 de Setembro de 2001, que não aprenderam nada e não esqueceram nada – isto é, não viram o futuro e continuaram a olhar para o passado. Agora, porém, este erro de atitude encontra as sociedades europeias vulneráveis porque estão numa fase de maturação, com reduzida vitalidade, muito mais motivadas pela

NAS ACÇÕES DE HOSTILIDADE

E DE RESENTIMENTO, O QUE SE PROCURA

É CAUSAR O MÁXIMO DANO POSSÍVEL, SEM QUE

HAJA QUALQUER INTENÇÃO DE OCUPAR O PODER

E GERIR AS SOCIEDADES QUE SÃO ATACADAS.

segurança distributiva que lhes é oferecida pelas políticas sociais do que orientadas pelo sentido de risco que está associado à inovação e ao confronto competitivo. Mais grave ainda, para as sociedades europeias, é o facto, ao mesmo tempo elementar na observação e oculto nos discursos

políticos, de serem sociedades penetradas, pela via da imigração e do multiculturalismo, pelos factores da nova conflitualidade, da hostilidade e do ressentimento, que fazem da Europa desenvolvida um dos potenciais espaços de confronto onde se manifestam as «dobras críticas» do mundo actual. A Europa esvaiu-se e gerou o vazio de onde emergem os monstros que são atraídos pela sua vulnerabilidade.

Qual a razão do silêncio da Europa nestas questões estratégicas? Para as sociedades europeias e para os seus produtores culturais, o presente parece ser uma dificuldade que não conseguem superar. Sabem como, do passado, chegaram ao presente, mas não sabem como, deste presente, conseguirão passar para um futuro que ainda esteja ligado, conectado, com este presente. Em termos gerais, esta é a definição de uma descontinuidade, de um corte na linha de evolução. Mas a descontinuidade é justamente o que a ideologia do progresso, estruturante da cultura ocidental e racionalizadora do domínio do Ocidente, não pode reconhecer. A razão do silêncio da Europa nestas questões estratégicas poderá ser, afinal, o resultado da existência desta descontinuidade que, para não ser reconhecida, tem de ser mantida oculta.

Este silêncio da Europa é inédito em termos históricos. Esta é a primeira crise mundial em que a Europa não é um protagonista de primeiro plano, mesmo que possa vir a ser um dos espaços onde esta crise encontrará a sua resolução, mas num contexto onde os europeus serão peças de um xadrez jogado por outros. Não é uma questão restrita apenas a algumas sociedades europeias, não é uma questão que se coloque apenas na dimensão cultural, na dimensão social ou na dimensão política das sociedades europeias. É uma questão que envolve todo o espaço continental europeu, que tem manifestações idênticas em cada um dos pontos deste espaço e a que nenhum europeu – indivíduo, sociedade ou Estado – poderá escapar. É uma questão que se manifesta, ou que se exemplifica, na descontinuidade entre o anunciado e o realizado que, por se tornar sistemática, anuncia a descontinuidade entre o presente e o futuro, ou a desconexão entre o presente-passado e o presente-futuro. A terceira face de Janus, a que vê o presente vendo o passado e o futuro, não existe para a Europa actual.

UM CONTEXTO ESTRATÉGICO NOVO

A questão que se coloca hoje à cultura ocidental, aos produtos da sua reflexão crítica sobre si mesma, à credibilidade dos seus analistas e ao sentido de responsabilidade dos seus decisores estratégicos (na política, na economia e nos assuntos militares), é a explicação para o que agora se vê ter sido o seu erro sistemático de previsão, a sua incapacidade para ver os recentes sucessivos presentes.

Este é um contexto estratégico novo, que não é compatível com a transferência dos modelos da conflitualidade da ordem mundial bipolar, da Guerra Fria, para este novo padrão que tem uma forma mais complexa, articulando dois campos estratégicos distintos. Num campo estratégico há a globalização competitiva, desenvolvendo-se entre vários centros do hemisfério norte e precisando de assegurar uma evolução estável no hemisfério sul para garantir o acesso a matérias-primas essenciais. Noutra campo estratégico aparecem as manifestações de uma conflitualidade destrutiva, combinando os efeitos da «dobra crítica» situada nas regiões islâmicas com os diversos movimentos de opositores à globalização competitiva que operam no interior das sociedades desenvolvidas. É uma relação de hostilidade interminável, porque cada movimento que uma parte fizer vai confirmar e reforçar a determinação da outra – vencendo, finalmente, a que provar que a outra não poderá vencer (o que não é o mesmo que assegurar que vencerá sempre a parte que se apresenta como a mais forte). São dois campos estratégicos distintos: um orientado para a modernização e para o futuro, outro orientado para a rejeição dessa modernização (porque implicaria a sua marginalização e a sua subordinação) e para a defesa dos valores do passado (reconstruído como uma ordem ideal que serve de compensação para a falta de perspectivas no presente). Mas não são campos estratégicos homogêneos: cada um deles é percorrido por tensões e tem linhas de fractura que impedem a estabilização de cada um e que, depois, se interrelacionam com as tensões e linhas de fractura do outro campo estratégico, impedindo a estabilidade de qualquer deles.

Esta articulação de dois campos estratégicos distintos, nenhum dos quais é homogêneo, não tem comparação com a conflitualidade bipolar entre o capitalismo e o comunismo. O contexto estratégico da Guerra Fria era de tipo competitivo, confrontando-se dois modelos de sociedade integrados. Em causa estava a escolha do modelo de organização das sociedades que seria mais eficaz para alimentar dinâmicas de progresso, de crescimento económico, de desenvolvimento científico, de produção cultural, mas ainda dentro do mesmo quadro cultural básico que era a cultura ocidental. Neste sentido, o contexto estratégico que terminou no início da década de 90 foi o último que ainda estava euro-centrado, onde a evolução endógena da Europa era um dos factores decisivos para a definição da resolução desse confronto. A partir da crise actual, a Europa tende a ter o estatuto de um espaço onde se decide o confronto, mas onde os protagonistas activos são exteriores à Europa, passando a ser os europeus os agentes passivos numa disputa que os transcende.

O contexto estratégico actual não se estabelece em termos da competitividade de modelos políticos que tenham sido produzidos dentro do mesmo quadro cultural.

A conflitualidade destrutiva associada ao islamismo, como outras formas de conflitualidade destrutiva geradas em relações de

ressentimento mesmo dentro das sociedades de cultura ocidental, não têm por objectivo provar a sua eficiência superior em relação ao capitalismo ou ao comunismo, antes se afirmam no objectivo

A PARTIR DA CRISE ACTUAL, A EUROPA TENDE A TER O ESTATUTO DE UM ESPAÇO ONDE SE DECIDE O CONFRONTO, MAS ONDE OS PROTAGONISTAS ACTIVOS SÃO EXTERIORES À EUROPA.

de destruir tanto o capitalismo como o comunismo, de impedir as tendências de globalização competitiva, de destruir as condições do crescimento económico, do desenvolvimento científico, para os substituir ou pelo dogmatismo de uma religião tradicional (projecto ideal dos fundamentalistas islâmicos, que para isso se consideram mandatados pela divindade) ou pela fragmentação do sistema de relações internacionais de modo a que não possam ser estabilizados centros de dominação (intenção dos que se opõem à globalização competitiva)⁸.

A crise da Europa, por razões endógenas que derivam da dificuldade do exercício do poder e por efeito do vazio criado quando se retira de regiões que antes dominou, não é um incidente menor na activação do terrorismo islâmico e constitui uma oportunidade de primeira importância para a progressão do islamismo radical. O ângulo de análise escolhido permitiu ver o que continua a ser ocultado. **RI**

2 DE JULHO

“**A** era do pós-Guerra Fria começou com a queda de uma estrutura, o muro de Berlim, em 9 de Novembro de 1989, e acabou com a queda de outra, as torres gémeas do World Trade Center, em 11 de Setembro de 2001. Ninguém, excepto o pequeno número de pessoas que planeou e executou esses eventos, podia ter antecipado que iam acontecer. Mas, a partir do momento em que aconteceram, toda a gente reconheceu que tudo tinha mudado.” **RI**

John Lewis Gaddis, “And now this: lessons from the old era to the new one”, in Strobe Talbott, Nayan Chanda, editores (2002). *The age of terror*: 3.

¹ Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, *The Penguin Dictionary of Symbols*, Harmondsworth, Penguin Books 1996.

² Sobre a continuidade da política externa americana, apesar das mudanças de protagonistas, ver Philip Bobbit, *The Shield of Achilles, war, peace and the course of history*, Nova York, Alfred A. Knopf/Random House, 2002. Ridicularizar Reagan ou George W. Bush é um divertimento fácil, mas que revela a incapacidade dos que a isso se dedicam para verem que tanto Reagan como Bush são irrelevantes quando comparados com a intensidade dos vectores que alimentam a dinâmica mundial actual. Mais difícil será provar que há continuidade na política externa europeia desde que a aventura germânica da dominação do mundo por mil anos provocou o refluxo da Europa para a sua base de origem – um facto que não podia deixar de ser reconhecido pelos que sofreram as consequências da dominação europeia.

³ A referência é Antonio Negri, com a sua tese da identidade de George W. Bush e de Osama bin Laden, as duas faces de um Janus perverso que resiste à democracia constituinte da multidão. Mas também pode ser Jean Baudrillard, com a sua tese do simulacro. Têm em comum a convicção de que há um *deus ex machina* que escreve o texto da História mesmo que as linhas sejam tortas.

⁴ Numa conferência realizada em Viena, em 1935, com o título «A crise da humanidade europeia e a filosofia», Edmund Hus-

serl apresentou o seguinte dilema: «A crise da existência europeia só pode ter uma de duas soluções: ou o declínio da Europa tornada estrangeira ao seu próprio sentido racional da vida, a queda no ódio espiritual e na barbárie, ou o renascimento da Europa a partir do espírito da filosofia, graças a um heroísmo da razão que supere definitivamente o naturalismo. O maior perigo para a Europa é a lassidão». Antes de chegar a este dilema, Husserl denunciara o que designa por «naturalismo» no «erro fatal do racionalismo, segundo o qual é a ciência que torna o homem sábio, é ela que é chamada a criar uma humanidade autêntica dominando o seu destino e capaz de se tornar autosuficiente. (...) Estou certo que a crise europeia tem a sua raiz no erro de um certo racionalismo. (...) Uma racionalidade unilateral pode tornar-se um mal (...) A crise pode ser interpretada como o fracasso visível do racionalismo quando se envolve no caso do 'naturalismo' e do 'objectivismo'». Como contraponto a estas ilusões, Husserl defendia a «filosofia conduzida ao mais elevado grau de auto-reflexão. Só através desta reflexividade constante uma filosofia é conhecimento universal». Pouco tempo depois destas frases, o naturalismo e o objectivismo conduziram a Europa para o ódio espiritual e para a barbárie. Agora, é ainda o naturalismo e o objectivismo que difundem a lassidão na Europa. Nos dois casos, é o défice de reflexividade que engendra os monstros. Esta conferência está publicada em *La Crise des Sciences Européennes et la Phénoménologie Transcendantale*, Paris, Éditions Gallimard, 1976.

⁵ Proliferam os textos que exploram a instabilidade intrínseca a um sistema mundial unipolar em contração aos que postulam a hiper-racionalidade da dominação imperial. Uma proposta interessante é a de Michael Mann, *Incoherent Empire*, Verso, London, New York, 2003.

⁶ As «dobras críticas» impedem a realização do projecto da satisfação das massas, sem o qual não será possível o Estado homogêneo e universal do hegelianismo, do marxismo e do liberalismo. É por efeito das «dobras críticas» que os dominados escolhem morrer por uma questão de prestígio, fazendo desmoronar a pirâmide.

⁷ As vicissitudes e as perversões do tratamento das informações a propósito das armas de destruição maciça que antecederam a invasão do Iraque podem ser recordadas em Lawrence Freedman, «War in Iraq: selling the threat», *Survival*, The International Institute for Strategic Studies, vol. 46, no. 2, Summer 2004. Depois de lido este relato, será difícil invocar a racionalidade, analítica ou dialéctica, para interpretar estes acontecimentos.

⁸ Um modelo adequado para a exploração destas relações é o apresentado por René Girard em *La Violence et le Sacré*, Paris, Éditions Albin Michel, 1990, e *La Voix Mécconnue du Réel, une théorie des mythes archaïques et modernes*, Bernard Grasset, Paris, 2002.